

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ŽIŽEK, S. **Event**: Philosophy in Transit. London: Penguin Books: 2014.

CAPITALISMO E ALIANÇA CONSERVADORA-NEOLIBERAL: A
NEGAÇÃO DE DIREITOS COMO RESPOSTA À IDEOLOGIA DA
CRISE

Suellen Bezerra Alves Keller
Rene José Keller

O presente estudo tem como objetivo examinar o processo de supressão de direitos promovido pela aliança conservadora-neoliberal, gestada como resposta à ideologia da crise. Esta deve ser entendida como prática neoliberal de governo, sendo que “Em nome da crise econômica, justifica-se a adoção de medidas drásticas, não por acaso relativas ao cerceamento de direitos da classe trabalhadora, as quais são declaradas como se atendessem ao interesse comum.” (KELLER; KELLER, 2019, p. 61). Falamos em “ideologia da crise” porque ao invés de a crise econômica ser examinada como decorrente do modo de produção capitalista, desloca-se os termos da discussão para esferas política, moral e de gestão.

Não se pode olvidar que um dos elementos centrais à perfectibilização do golpe 2016 foi a anunciada “crise econômica”, que permeava o governo Dilma Rousseff a partir de 2014. Longe de ser discutida a crise como ínsita ao movimento de produção e circulação do capital, os desajustes do âmbito econômico são tratados, ideologicamente, como se fossem resultados da má gestão do Estado. Ainda, a pretensa ineficiência estatal foi associada à corrupção, mais uma vez transferindo os termos da crise para uma pauta moral, como se não dissesse respeito ao capitalismo, e sim exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O golpe institucional de 2016 fez com que o neoliberalismo voltasse a ser plataforma central de governo. Ainda que presente durante os governos petistas (2003-2016), o curto período do governo de Michel Temer foi hábil em acelerar o processo de cerceamento de direitos. Em um par de anos, Temer conseguiu a aprovação da contrarreforma trabalhista, bem como instituiu o teto de gastos públicos primários pela União (Emenda Constitucional nº 95/2016), seguindo as diretrizes da ortodoxia liberal da Escola de Chicago (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015).

Em concomitância às discussões do *impeachment*, o conservadorismo passou a angariar notoriedade no cenário político à medida que respondia as

irresignações que foram semeadas no tecido social. Fez uso do “medo” como estratégia para justificar atitudes discriminatórias, irracionais e autoritárias (BARROCO, 2011). O pensamento de esquerda, que ao longo dos governos petistas relegou a segundo plano uma crítica radical ao capitalismo e a sua forma de sociabilidade, perdeu espaço em relação às respostas dadas pelo conservadorismo às contradições sociais.

O conservadorismo ascendeu ao ofertar respostas concretas às pautas que foram trazidas ou pela grande mídia ou por grupos nas redes sociais, as quais tinham como eixos centrais a defesa da moralidade no trato da coisa pública, os valores da família tradicional, a segurança pública e uma economia “eficiente”. O cume deste quadro foi a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, com o apoio de setores religiosos, empresários e militares, correspondendo à base social da aliança conservadora-neoliberal (KELLER, 2019).

A atmosfera de crises criadas em torno da complexa conjuntura, foi respondida pela aliança conservadora-neoliberal, sem que se tangesse a real crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009). Bolsonaro radicalizou o viés neoliberal do Estado, aprofundando o receituário já conhecido de privatizações e desproteção social, retrocedendo também nos direitos dos segmentos que sofrem opressões de reconhecimento, como raça, etnia, gênero, território etc.

Em relação à metodologia, o texto terá caráter de pesquisa qualitativa, tendo perfil interdisciplinar, articulando as áreas do Serviço Social, da Filosofia, da Sociologia e da Economia Política. O método adotado é o dialético, na fundamentação materialista (KOSIK, 2011). O campo epistêmico e o marco teórico são os da teoria crítica (HORKHEIMER, 1991). As fontes de pesquisa consistem em livros, artigos e documentos, analisados mediante as técnicas de revisão bibliográfica e análise documental.

Referências

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO; T. **Textos Escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KELLER, S. B. A.; KELLER, R. J. A Ideologia da Crise e o Golpe de 2016: o envelhecer no contexto de ofensiva neoliberal sobre a Previdência Social. *In*:

TEIXEIRA, S. M.; PAIVA, S. de O. C.; SOARES, N. (orgs.).

Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas. Curitiba: CRV, 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

<p>SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO PELO DIREITO À CIDADE EM PORTO ALEGRE/RS</p>

Juanita Natasha Garcia de Oliveira

Thaísa Teixeira Closs

O trabalho é fruto dos estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) do Brasil, e tem por objetivo discutir a experiência de militância e pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Aborda o debate entre a interlocução das refrações da questão social expressas na luta pelo direito à cidade e apresenta enquanto cenário de pesquisa a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (OPSM). Em termos teórico-metodológicos, o estudo é alicerçado nos pressupostos teóricos do método dialético-crítico, tendo como delineamento uma pesquisa qualitativa a partir da metodologia de história oral com militantes do MTST e moradores da referida ocupação, ancorando-se nas categorias cotidiano e direito à cidade a partir do pensamento de Henri Lefebvre (2001, 2008, 2019).

Visa identificar as condições, modos de vida e organização política dos sujeitos que residem nessa ocupação a partir da realidade que se expressa no cotidiano das relações sociais, a fim de desvendar um universo de estratégias de resistências que permeiam a luta de classes no cenário urbano.

No que tange aos resultados preliminares, se verifica que: a) as formas de mobilização e participação popular desenvolvidas na organização e atuação política do MTST, promovem a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades sociais presentes na luta de trabalhadores e trabalhadoras sem teto; b) a relevância do desenvolvimento de ações de cunho pedagógico voltados para uma formação político-crítica de militantes, ancorada nas contribuições de Henri Lefebvre quanto à produção do espaço e disputa da riqueza socialmente produzida que valoriza os saberes e experiências emergidas